

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)¹

Carolina Cechella PHILIPPI²

Resumo

Este artigo tematiza a movimentação funcional, política e as ações de reforma encampadas por Luiz Trindade em Santa Catarina entre as décadas de 1920 e 1930. Para tanto, tomou como fontes os ofícios expedidos pela Diretoria Instrução e pelo Departamento de Educação, a imprensa periódica e a legislação da época. O referencial teórico mobilizado considerou o estudo das práticas como operações (CERTEAU, 1985) e sua categorização em estratégias e táticas (CERTEAU, 2009), bem como a potencialidade do mapeamento das redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1996) para entendimento dos deslizamentos políticos e disputas empreendidas pelo sujeito. Como conclusões, destacou os efeitos dos arranjos políticos nas disputas travadas na instrução, na atuação de Luiz Trindade e na historiografia a seu respeito.

Palavras-chave: Burocracia educacional. História da Educação. Reformas da Instrução Pública.

¹ Este artigo foi fruto de pesquisa de doutorado desenvolvida junto à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/ Unicamp) com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² Doutora em Educação. Professora Assistente (Educação), Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Araraquara, Rodovia Araraquara-Jaú, km 1, Bairro dos Machados - Caixa Postal 174, 14.800-901, Araraquara - SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6121-254X>.

E-mail: carolinacechella@gmail.com.

Luiz Trindade – trajectories and networks (Santa Catarina, 1920 – 1930)

Carolina Cechella PHILIPPI

Abstract

This article focuses on Luiz Trindade's functional and political movement and how his educational reform acted at Santa Catarina between the 1920s and the 1930s. The bibliographic sources were the General Board of Public Instruction and the Educational Department's official letters, the official press, and the legislation. The theoretical reference used considered the practices as operations (CERTEAU, 1985) and their categorization as strategies and tactics (CERTEAU, 2009), as well as the mapping of the networks (SIRINELLI, 1996) to understand the political movements and the disputes. The main conclusion highlights the effect of the political arrangements in the instruction's conflicts for Luiz Trindade's participation and the historiography.

Keywords: Educational Bureaucracy. Educational Reforms. History of Education.

Luiz Trindade – trajetórias, alianzas y redes

Carolina Cechella PHILIPPI

Resumen

Este artículo aborda el tránsito funcional, político y las acciones de reestructuración de la instrucción efectuadas por Luiz Trindade en Santa Catarina entre 1920 y 1930. Para ese propósito, ha examinado las cartas circulares remitidas por la Directoria de la Instrucción Pública y la Consejería de Educación, la prensa diaria y la legislación. La base teórica ha considerado el estudio de las prácticas como operaciones (CERTEAU, 1985) y su categorización en estrategias y tácticas (CERTEAU, 2009), así como el mapeo de las redes de sociabilidad (SIRINELLI, 1996) para entender, así, los desplazamientos y litigios del sujeto. En conclusión, destacó los efectos de los acuerdos políticos en los litigios efectuados en la instrucción, en la actuación de Luiz Trindade y en la historiografía a su respecto.

Palabras clave: Burocracia de la instrucción. Historia de la Educación. Reformas de Instrucción Primaria.

Introdução

A proximidade política e partidária entre o então Diretor da Instrução Pública catarinense, Luiz Trindade, e o governador do Estado, Adolpho Konder, no início da década de 1930, não era segredo. Isso porque era comum que ambos estivessem juntos em inaugurações (INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR FRANCISCO TOLENTINO, 1929, p. 2), pronunciamentos (A FALA DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO, 1930, p. 1; ALLOCUÇÃO DO SENHOR DIRETOR DA INSTRUÇÃO, 1929, p. 2) e homenagens (HOMENAGEM, 1930, p. 1), todas fartamente noticiadas nas páginas do jornal catarinense “A República”. Nessas ocasiões, também era comum a presença do Secretário do Interior e Justiça, Cid Campos, e do jornalista Tito Carvalho, diretor do supracitado periódico.

Em comum, esses sujeitos tinham não somente a comunhão dos lugares frequentados. Adolpho Konder e Cid Campos, por exemplo, dividiram a afiliação junto ao Partido Republicano Catarinense³ e a proximidade com o ex-governador Hercílio Luz⁴. O primeiro exerceu em seu governo os cargos de Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, entre 1918 e 1921. Posteriormente, elegeu-se Deputado Federal e Governador do Estado entre 1926 e 1930, também pelo mesmo partido (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019a). Cid Campos, por sua vez, foi Delegado Auxiliar e Oficial de Gabinete também na gestão de Hercílio Luz, já tendo inclusive atuado como inspetor escolar no município de Lages (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019c).

Luiz Sanches Bezerra da Trindade, diferente dos colegas, teve sua movimentação funcional circunscrita aos cargos na instrução pública. O professor catarinense, bacharel formado no Ginásio da Capital (FIORI, 1975, p. 147–148), iniciou a sua carreira na Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna (DIVERSAS, 1914, p. 1; 1916, p. 4), onde teve sua atuação

³ Partido político fundado em 1887 e extinto pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo (FGV; CPDOC, 2020b).

⁴ Político catarinense nascido em 1860, com ano de falecimento em 1924. Ocupou cargo de governo do estado entre 1894-1898, 1918-1922 e entre 1922-1924 (PIAZZA, 1985). Em 1891, com a crise ocasionada pela posse de Floriano Peixoto e com a renúncia de Lauro Müller, Hercílio tornou-se líder da reação republicana em Blumenau. Foi o primeiro Governador republicano eleito por voto direto pelo Partido Republicano Catarinense em 1894. Em agosto de 1918 foi eleito Vice-Governador na chapa encabeçada por Lauro Müller, que não compareceu à posse, assumindo assim o governo (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019d).

elogiada publicamente em Ofício expedido pelo então Inspetor Geral do Ensino, Orestes Guimarães (EXPEDIENTES DO SR. SECRETÁRIO GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO, 1916, p. 2) e, pouco depois, também pelos inspetores estaduais Altino Flores e José Duarte de Magalhães (PELA INSTRUÇÃO, 1917, p. 2).

A partir de 1917, Luiz Trindade passou a compor a diretoria da Escola de Escoteiros de Laguna (DIVERSAS, 1917, p. 3) e, em setembro do mesmo ano, ocupou o cargo de Diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho (NA CATHEDRAL, 1917, p. 1). Nesse ínterim, Hercílio Luz substituiu Felipe Schmidt no governo do Estado, e Adolpho Konder foi nomeado Secretário Estadual da Fazenda para, menos de um ano depois, assumir como Deputado Federal pelo Partido Republicano Catarinense (FGV; CPDOC, 2020a).

Esse arranjo político e funcional, porém, sofreu alterações significativas após os eventos de outubro de 1930. Sobre isso, algumas ponderações são importantes. A primeira é que o Governador Adolpho Konder declarou aberto apoio a Júlio Prestes, candidato de oposição a Getúlio Vargas no pleito eleitoral de 1930. Na ocasião, o catarinense concorria a uma cadeira no Senado Federal. Ambos – Adolpho Konder e Júlio Prestes – saíram vitoriosos (FGV; CPDOC, 2020a). Mesmo após o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas, Adolpho Konder seguiu sendo oposição, tendo inclusive apoiado a Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo em 1932. Não surpreendentemente, logo Getúlio Vargas indicaria um novo interventor para o estado catarinense. O nome escolhido foi o General Ptolomeu de Assis Brasil, membro da Aliança Liberal (FGV; CPDOC, 2020a).

Adolpho Konder, por sua vez, seguiu como um dos principais articuladores do Partido Republicano Catarinense na transição para o Governo Constitucional de Vargas. Na qualidade de Presidente do partido, organizou a frente na Coligação por Santa Catarina. Essa teve, porém, seu lugar preterido pela oposição organizada no Partido Libertador, responsável por eleger Nereu Ramos para o governo estadual já no ano de 1935. A esse respeito, vale lembrar que Nereu Ramos permaneceu na Interventoria Estadual ao longo de todo o período do Estado Novo (1937–1945).

Luiz Trindade, por sua vez, sobreviveu a esses remanejamentos políticos transitando entre algumas das esferas de mando da instrução pública catarinense. Apesar do cerceamento do trânsito político de alguns dos membros do Partido Republicano local, e do fortalecimento do Partido Liberal, Luiz Trindade foi o responsável pela reorganização da Diretoria Geral da Instrução em 1933 (SANTA

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

CATARINA, 1933), e pela sua reordenação na forma do Departamento de Educação, em 1935 (SANTA CATARINA, 1935, n.p.). Porém, as configurações da organização política federal e estadual afetaram sua atuação e estabilidade no gerenciamento da pasta, e tiveram consequências na hierarquia funcional da instrução pública do período.

Esse artigo, pois, tematizou a trajetória funcional de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, relacionando-a à configuração política e social à qual se articulou. Interessou nuançar o peso das alianças políticas – ou da falta delas – para a sua movimentação e atuação no cargo. Coube ainda aquilatar as principais bandeiras que levantou, sobretudo quando no cargo de Diretor da Instrução, bem como a forma pela qual operou com os crescentes expedientes pelos quais o Departamento de Educação era atravessado. Para tanto, organiza-se tematizando dois momentos de sua atuação, que se diferenciam não somente pelo seu trânsito funcional, mas pela sua aderência ao jogo político. O primeiro – “sociabilidades e aderências” -, anterior à organização do Departamento de Educação (1935), demora-se sobre sua inserção e trajetória nas qualidades de Diretor de Grupos Escolares e Inspetor de Circunscrições, nuançando a formação das alianças políticas das quais lançou mão na configuração política nacional. No segundo momento – “os expedientes de gerenciamento” –, é tematizada a sua atuação já na chefia do Departamento, demorando-se sobre as bandeiras educacionais que lançou e a narrativa encampada em torno do movimento que ficou conhecido como a Reforma Trindade, bem como seu tratamento na historiografia sobre o tema (BOMBASSARO, 2009; BOMBASSARO; SILVA, 2011; FIORI, 1975; MOREIRA, 1954; SCHWEITZER, 2008).

Para tanto, organizou-se uma série documental composta de reportagens e notas da imprensa periódica local⁵, bem como de impressos educacionais veiculados pelo próprio Departamento de Educação⁶. Consideraram-se ainda as práticas já mapeadas em Ofícios expedidos e recebidos pela Diretora da Instrução e pelo Departamento de Educação, quando na gestão de Luiz Trindade⁷. A

⁵ Os jornais da imprensa periódica foram acessados via base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, tendo como buscador o nome de Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em 03 mar. 2023.

⁶ Quando sob a chefia de Trindade, o Departamento de Educação veiculou sete números da Revista de Educação, autointitulada o “órgão do professorado catarinense”. Para um mapeamento das temáticas e dos autores mobilizados nessa publicação, conferir Favarin (2018).

⁷ Para um mapeamento das práticas de gerenciamento da instrução catarinense no período, conferir Philippi (2022).

problemática que mobilizou a organização e a análise dessa série documental, e que possibilitou o rastro da trajetória funcional de Luiz Trindade, levou em conta a categorização das práticas em estratégias e táticas (CERTAU, 2009, p. 91-108), bem como o mapeamento das continuidades e dos desvios para a sua circunscrição (CERTEAU, 2002, p. 65–110). Dentre os efeitos teóricos e metodológicos dessa interpretação, destacam-se a consideração das práticas como operações (CERTEAU, 1985), encampadas em meio às rotinas de inspeção, docência e gerenciamento da instrução, bem como o entendimento das mesmas como parte de um jogo polemológico (CERTEAU, 2009, *loc. cit.*), dentro do qual estratégias e táticas coexistem de forma interdependente.

Foi a consideração das práticas como operações e a sua subdivisão nessas categorias que permitiu entender a movimentação funcional de Luiz Sanches Bezerra da Trindade em meio à burocracia da instrução pública catarinense. Isso porque a constante movimentação de seu trânsito funcional permitiu tensionar esse modelo de análise, percebendo a construção paulatina das suas estratégias de mando e o quanto elas se ligavam as suas redes de apoio. Também por essa via, sua atuação, dentro e fora de sala de aula, na qualidade de membro da Inspeção Estadual e de Diretor do Ensino, pôde ser entendida em meio a um campo político disputado. Assim sendo, suas práticas ganham estatuto teórico de análise em todos os polos nos quais atuou, diferindo entre eles sua inserção no gerenciamento do ensino e, por conseguinte, as redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1996, p. 248–259) que acionou. É a partir de tais postulados teóricos que se buscou entender a forma pela qual Luiz Trindade ocupou, na qualidade de Diretor do Ensino no Estado, o polo estratégico de gestão da instrução pública local, mapeando parte das regras dos jogos de força, dos conchavos e alianças políticas que ali se alinhavaram. Interessou entender suas plataformas de atuação e apoio, nuançando-as como formas de garantir a permanência e a atuação em cargos diversos, e de delimitar um lugar de mando, aqui entendido como um *locus* delimitado e institucionalizado de gestão de uma exterioridade. Da forma como aqui se entende, a listagem das práticas operadas a partir de sua movimentação funcional permitiu perceber o reiterado uso de táticas e estratégias na constituição de um lugar burocrático de gerenciamento do ensino – no caso, no Departamento de Educação –, mas que, a depender do alcance de suas sociabilidades, não se sustentou na estrutura do mando que se montava.

Sociabilidades e aderências

Quando Luiz Trindade começou a exercer o cargo de professor no Grupo Escolar Jerônimo

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

Coelho, a chefia da Diretoria da Instrução Pública cabia a Horácio Nunes Pires. Ele a ocupava desde 1896 (EL-KHATIB, 1970), quando fora nomeado por Hercílio Luz. Após 1911 (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911a; 1911b), Horácio Pires somou a esse cargo o exercício da diretoria da Escola Normal Catarinense, agora sob nomeação de Vidal Ramos (COSTA, 1911, p. 75). Sustentado por uma sólida rede de relações familiares e políticas⁸, Horácio Nunes somente foi substituído na Diretoria de Ensino por Henrique da Silva Fontes⁹ quando da ocasião de sua morte, em 1919. O novo Diretor, possuidor de uma rede de apoio funcional e política, tão sólida quanto a de seu antecessor, foi nomeado para o cargo também por Hercílio Luz, tendo ocupado a cadeira até 1926. Também nesse período, os governos federal e estadual lançaram um convênio, por meio do qual foi criada a Inspetoria da Nacionalização do Ensino (MOREIRA, 1954, p. 24). Para o cargo de Inspetoria recém-aberto foi nomeado o professor paulista João dos Santos Areão, ex-diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho (MOREIRA, 1954, p. 23).

Vale delinear as alianças políticas já estabelecidas e então reorganizadas com a reordenação do mando no estado. Foi, pois, Hercílio Luz o Governador responsável pela nomeação de Horácio Nunes Pires e de Henrique Fontes, ambos ocupantes dos cargos de Diretores da Diretoria Geral da Instrução Pública catarinense entre os anos de 1896 e 1926. Integrante do Partido Republicano Catarinense, Hercílio Luz representou as demandas da oligarquia industrial da região de Itajaí e estabeleceu alianças de atuação política que o distanciaram das pautas endossadas, em outros momentos, por Vidal e Nereu Ramos. Dentre tais alianças, a proximidade política com Adolpho Konder foi notável. Foi, pois, essa rede de relações e sociabilidades políticas que, ainda que cindida, deu sustentação ao campo de atuação de Luiz Trindade.

Não surpreende, portanto, o seu deslocamento funcional foi ascensional e fortuito no período.

⁸ Horácio Nunes era neto do ex-Presidente de Província, Feliciano Nunes Pires, e filho do ex-Deputado pelo Partido Conservador, Anfilóquio Nunes Pires (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019b), já tendo ocupado cargos como o de colaborador da Fazenda Provincial, Engenheiro da Província e da Secretaria do Governo, delegado literário, Secretário dos exames gerais de preparatórios, Delegado de Polícia da capital, professor do Liceu de Artes e Ofícios, amanuense e 2º Oficial da Secretaria do Governo e Diretor da Contabilidade do Tesouro Estadual (EL KHATIB, *loc. cit.*).

⁹ Educador catarinense que lecionou no Gymnasio Catharinense (1910) e atuou como Chefe Escolar na capital, antes de assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública (PIAZZA, 1985; PROCHNOW, 2009). Foi neste mandato que se adotou a Série de Leitura Fontes nas instituições de ensino no estado, substituindo o uso da Série de Leitura Viana, anteriormente indicada por Orestes Guimarães em seu Parecer sobre a Adopção de Obras Didáticas.

Nesse ínterim, Luiz Trindade passou a ocupar o cargo comissionado de Diretor do Grupo Escolar Vidal Ramos, na cidade de Lages (O ESTADO, 1919, p. 1), onde permaneceu até julho de 1922 (BACHAREL LUIZ TRINDADE, 1922, p. 1). Ainda que o remanejamento tenha acarretado um deslocamento de sua sede funcional, Trindade não se afastou de alguns eventos políticos importantes e ilustrativos de sua proximidade com o então Governador Hercílio Luz. Dentre eles, destacam-se a sua participação na recepção do Chefe de Polícia Abelardo Luz¹⁰ (DR. ABELARDO LUZ, 1921, p. 1) e a sua ida aos festejos do terceiro aniversário de governo (UMA VERDADEIRA SAGRAÇÃO POPULAR, 1921, p. 1). Ao final daquele mesmo ano, ele chegou a ocupar o cargo de Diretor da Instrução Interino, quando o então encarregado, Henrique Fontes, representava o estado na Conferência Interestadual do Ensino no Rio de Janeiro (INSTRUCÇÃO PÚBLICA, 1921, p. 1).

Luiz Trindade foi também presença na ocasião dos festejos da posse de Adolpho Konder no governo do Estado (A POSSE GOVERNAMENTAL, 1926, p. 4), também pela legenda do Partido Republicano Catarinense. A partir de então, passou a exercer cargo de Inspetoria Escolar Estadual e a acompanhar com frequência o então Diretor da Instrução, Antônio Mâncio da Costa, em visitas às instituições escolares do estado (INSTRUCÇÃO PÚBLICA, 1927, p. 1). É importante ressaltar que, conforme reordenação dos serviços de inspetoria e da realocação funcional de Orestes Guimarães, já em 1918, todos os Inspetores de circunscrições estaduais se submetiam ao Diretor do Ensino, Antônio Mâncio da Costa.

A proximidade partidária entre Hercílio Luz e Adolpho Konder reverberou também na publicação de moção póstuma de homenagem ao primeiro em meio à Conferência Estadual do Ensino Primário, em agosto daquele mesmo ano. Na ocasião, ela foi assinada por Mâncio da Costa, Barreiros Filho, Luiz Trindade, João Tolentino Júnior e Orestes Guimarães, agora no cargo de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União. Esse último foi o responsável por escrevê-la e pronunciá-la. Também nessa ocasião, ele iniciou sua fala homenageando o Deputado Vidal Ramos e o Senador Felipe Schmidt, pelo “[...] muito que fizeram em prol do ensino em Santa Catarina, respectivamente, nos períodos de 1910 a 1914 e 1914 a 1918 [...]” (FALA O SR. ORESTES GUIMARÃES, 1927, p.

¹⁰ Essa aproximação política com os membros da família Luz se mantém. Já no ano seguinte, é noticiada sua presença na recepção de Edmundo Luz, apresentado como um “prestigioso político”, e Edmundo Luz, na condição de “ilustre deputado ao Congresso Representativo do Estado” (DR. ABELARDO LUZ E EDMUNDO LUZ, 1922, p. 1).

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

1). Já nessa ocasião, Luiz Trindade atuou como 1º Secretário da mesma Conferência, dividindo espaço com membros do professorado catarinense, demais integrantes do corpo de Inspectores Estaduais e o próprio Diretor do Ensino no estado, Antônio Mâncio (CONFERÊNCIA ESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1927, p. 1).

Estava alinhavada a trajetória para que ele, enfim, pudesse ter seu nome anunciado na condição de Diretor da Instrução interino no ano de 1929 (INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR FRANCISCO TOLENTINO, 1929, p. 2). Também em prol dessa aliança política, Luiz Trindade constou na lista de remetentes de telegramas de felicitações pela vitória eleitoral de Júlio Prestes na corrida presidencial, disputada com Getúlio Vargas, em 1930. Ao lado do seu nome constou uma vasta lista de assinaturas, das quais se destacam Tito Carvalho, Cid Campos, Fúlvio Aducci e Flodoardo Cabral (UM TELEGRAMA AO SR. PRESIDENTE JÚLIO PRESTES, 1930, p. 1). A ele o recém-eleito Presidente da República respondeu imediatamente, tornando públicos seus agradecimentos ao Governador Adolpho Konder e aos seus correligionários (O PLEITO DE 1º DE MARÇO, 1930, p. 1).

Até então, o entretecimento das redes políticas de apoio de Luiz Trindade o conduziu a uma ascensão funcional que não apenas o retirou da sala de aula, com assombrosa rapidez, como lhe garantiram alguns trânsitos junto às esferas de gestão do ensino. Nesse sentido, as sociabilidades políticas fortalecidas em Santa Catarina ao longo da década de 1920 operaram respaldando a atuação de Trindade, de modo que ele pode ascender na hierarquia funcional da instrução pública, aproximando-se paulatinamente de um local estratégico (CERTEAU, 2009) de gerenciamento. Em outros termos, a sua ocupação das esferas de mando e a estruturação de sua gestão estratégica dependeu das táticas operadas junto a uma rede de apoio potente.

Todavia, pouco depois do fim do mandato de Adolpho Konder, em setembro de 1930, deflagrou-se o movimento conhecido como Revolução de 1930. Por meio dele, com a liderança civil de Getúlio Vargas e a chefia militar do Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, derrubou-se o governo de Washington Luís e a posse de Júlio Prestes foi impedida (FGV; CPDOC, 2020c). Em 24 de novembro de 1930, Getúlio Vargas nomeou o general Ptolomeu de Assis Brasil para o cargo de Interventor Federal em Santa Catarina.

Mesmo com o declarado apoio ao presidente deposto, Adolpho Konder foi um dos principais

articuladores da reorganização do Partido Republicano Catarinense e da formação da Coligação por Santa Catarina, para a qual contou com a colaboração de nomes como Fulvio Aducci, Abelardo Luz, Antônio Vicente Bulcão Viana e Marcos Konder. Foi filiado à Coligação que Adolpho Konder foi eleito membro da Assembleia Constituinte, em maio de 1933. Na ocasião, o recém organizado Partido Liberal Catarinense, liderado pelo novo Interventor Federal Aristiliano Ramos, elegeu Carlos Gomes de Oliveira, Arão Rebelo e Nereu Ramos (FGV; CPDOC, 2020a). Em outubro de 1934, Nereu Ramos foi eleito para ocupar o governo estadual, alterando o quadro político de forças em favor do Partido Liberal.

A significativa alteração nas configurações políticas e sociais culminou em reordenações das esferas de atuação de Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Nos anos seguintes, o professor ocupou brevemente a cadeira de Diretor da Escola Normal da capital, reassumindo a Diretoria da Instrução em 1932 (PORTARIA N. 32, 1932, p. 1). Já no ano seguinte foi designado pelo Interventor Federal para organizar o serviço catarinense de Estatística Educacional. Na ocasião, o trabalho produzido recebeu elogios até mesmo de Teixeira de Freitas, Diretor Geral de Informações e Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública (REPÚBLICA, 1933, p. 2).

Neste ínterim, alguns redesenhos da estrutura da Diretoria Geral da Instrução Pública, do Partido Republicano Catarinense e, por consequência, da redação do jornal “A República” já haviam sido esboçados. A primeira, já em dezembro de 1933, foi dividida em duas Subdiretorias: Técnica e Administrativa, ficando a segunda subordinada à seção de Estatística Educacional (SANTA CATARINA, 1933). Essa reordenação justificou, pois, a sobrecarga de trabalho infligida a Luiz Trindade, quando demandado pela organização do serviço de Estatística Educacional (REPÚBLICA, 1933, *loc. cit.*). O Partido Republicano, por sua vez, perdeu um espaço significativo na nova configuração política que se alinhou com a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República. Tamanha perda resvalou no isolamento político de seus membros, inclusive do ex-Governador Adolpho Konder. Também essa reordenação acarretou alterações significativas na organização da redação do jornal “A República”, o até então “órgão do Partido Republicano Catarinense”. A esse respeito, é ilustrativo apontar para a mudança de sua diretoria, já em 1932, assumida por Nereu Ramos, e na alteração de sua apresentação. Já nas primeiras edições de 1934, passou a ser nomeado “órgão do Partido Liberal Catarinense”.

Apesar dos reiterados elogios de sua atuação na chefia da Diretoria da Instrução, e da sua

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

permanência nas esferas de mando do gerenciamento do ensino catarinense, Luiz Trindade teve sua movimentação funcional e atuação profissional alterada pelo rearranjo político. Tamanha alteração já se faz perceptível pela significativa diminuição de suas inserções partidárias noticiadas nas páginas do jornal “A República”. Em outras palavras, após o início do período Vargasista, Luiz Trindade foi notadamente menos citado nas páginas do jornal catarinense. E, quando o foi, foi para noticiar inspeções e investidas da Diretoria da Instrução ou da Escola Normal Catarinense, não sendo mais nomeado em recepções e eventos partidários.

Porém, Luiz Sanches Bezerra da Trindade teve não somente uma sobrevida na condição de Diretor da Instrução, mas capitaneou a sua reorganização em Subdiretorias, e foi o principal responsável pela organização do Departamento de Educação. Uma vez no posto, passou a ocupar o lugar central do polo estratégico do mando em Santa Catarina. A partir dele, exarou expedientes próprios do gerenciamento do ensino e operou estratégias para promoção de sua permanência e legitimidade no principal polo de gerenciamento da instrução pública catarinense. Todavia, uma vez empossado no local estratégico, mas sem a rede de apoio que tanto o auxiliou para galgar tal acesso, Luiz Trindade lançou mão de diferentes artifícios na tentativa de manter a legitimidade de seu espaço de gestão.

Os expedientes de gerenciamento

Quando na cadeira de Diretor do Ensino, Luiz Trindade foi o responsável pela reorganização da Diretoria Geral da Instrução Pública de Santa Catarina e pelo posterior aparelhamento do Departamento de Educação (SANTA CATARINA, 1935). Dessa forma, o Departamento de Educação tornou-se o “[...] centro de deliberações para o campo [...]” (BOMBASSARO, 2009, p. 222), tratando-se de um aparelho autônomo, destinado a abarcar serviços técnicos e administrativos referentes à instrução. Para tanto, ele foi organizado de forma a contemplar o Instituto de Educação, “[...] a cujo cargo [ficaria] a formação do magistério e funcionalismo técnico da educação [...]” (SANTA CATARINA, 1935, p. 161-162), e as seguintes Subdiretorias: “[...] Administrativa; Técnica; de Cultura e Divulgação (estatística); de Saúde e Higiene Escolar; de Educação Física; Recreação e Jogos; de Educação Musical e Artística; de Bibliotecas, Museus e Rádio difusão; [...]” (Id., 1935, p. 161-162). Ainda segundo o mesmo Decreto que o estruturou, as três últimas Subdiretorias do Departamento seriam organizadas à medida em que fossem reivindicadas ao longo da reforma. Antes disso, suas funções seriam desempenhadas pela Subdiretoria Técnica (SANTA

CATARINA, 1935).

Essa reorganização departamental foi apresentada pelo jornal “A República” como uma nova Reforma da Instrução no estado, e como a materialização de algumas das aspirações averbadas na Conferência do Ensino Primário, parte de um processo de “[...] obediência a um plano de uniformização que se vem processando com o apoio de vários estados da federação” (A REFORMA DO ENSINO, 1935, p.1). No esforço de legitimar essa investida, também esse periódico recorreu à memória da reforma do ensino, encabeçada por Vidal Ramos e Orestes Guimarães em 1911, e vinculou a atuação do Departamento “[...] à corrente renovadora do ensino público no Brasil, que tem como generais Anísio Teixeira e Lourenço Filho” (Id., 1935, p. 6).

Nos meses seguintes, foi recorrente a presença de Luiz Trindade nos eventos em torno do Interventor Estadual Aristiliano Ramos (CEL. ARISTILIANO RAMOS, 1935, p. 1; FESTA DE INAUGURAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR JOSÉ BRASÍLÍCIO E DA ELEVAÇÃO DO REFERIDO GRUPO À CATEGORIA DE 1ª CLASSE, 1935, p. 1; SANTA CATARINA E O ENSINO, 1936, n.p.). Nessas ocasiões, ele comumente representava o Departamento juntamente a João dos Santos Areão, Elpídio Barbosa e ao Inspetor Antônio Lúcio, dividindo espaço com membros da Diretoria Central do Partido Liberal, agora na chefia do governo do estado. Esse quadro, porém, arrefeceu sobretudo após a posse de Nereu Ramos, em maio de 1935. Isso porque, sobretudo a partir de 1936, sua presença foi marcadamente anunciada em eventos de caráter pedagógico, notadamente nas Semanas de Educação e nas Semanas Ruralistas, apoucando-se as visitas oficiais e os expedientes junto ao Governador do estado¹¹.

Da forma como aqui se entende, esse quadro é resultante da articulação política que o suportou nos postos que havia assumido até o momento. Porém, a reordenação política que culminou na ascensão do Partido Liberal Catarinense, e na posterior posse de Nereu Ramos como Interventor Estadual, acantonou seus vínculos, já que eles se ligavam com maior solidez aos quadros do Partido Republicano local. Não por acaso, Luiz Trindade viu seu trânsito político apoucar-se à medida que a década de 1930 avançava, participando de poucos eventos partidários e das recepções de membros

¹¹ Uma nova aparição pública de Luiz Trindade junto ao Governador Nereu Ramos somente seria noticiada em 24 de fevereiro de 1938, na ocasião da inauguração do Grupo Escolar Olívio Amorin (A INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR OLÍVIO AMORIN, NA TRINDADE, 1938, n.p.).

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

do governo. A ele, aos poucos, foi delegado um ostracismo político que o circunscreveu às esferas técnicas do gerenciamento da instrução pública.

Nesse ínterim, o então Diretor do Departamento de Educação catarinense já vinha investindo esforços na realização das Semanas da Educação e no hasteamento de bandeiras na luta contra o analfabetismo desde a sua montagem, em 1935. Ambas as iniciativas vinham sendo fartamente noticiadas nos jornais catarinenses e nas páginas da “Revista de Educação”. Na qualidade de Diretor do Ensino, Luiz Trindade proferiu também discursos em favor da escola ativa. Conforme Bombassaro (2009, p. 222), muito da introdução dos métodos orientados no sentido escolanovista no estado catarinense deveu-se às iniciativas encampadas pela Reforma Trindade. Essas bandeiras ganharam corpo em campanhas como a Cruzada Nacional de Educação¹², e em iniciativas tais quais a criação dos Centros de Interesse.

Foi nas Semanas Educacionais, por exemplo, que Trindade encabeçou palestras e cursos destinados à formação em serviço do quadro docente estadual. Nessas ocasiões, a sua presença era comum, sendo também recorrentes as suas críticas à Escola Tradicional que, conforme suas palavras “[...] mente [...] dizendo que prepara o aluno para a vida” (OLIVET, 1936, p. 15). A defesa do arsenal metodológico pelo qual Luiz Trindade advogava foi também reportada em demais ocasiões. Na Semana Educacional de Brusque, o Diretor fez sua fala advogando pela organização e aplicação dos “centros de interesse” como parte da metodologia da educação ativa que, segundo ele, já se desenvolvia em território catarinense (SANTA CATARINA, 1937, p. 3). Para ele, sua criação permitiria a necessária ambientação para o aprendizado infantil, bem como o despertar espontâneo dos fatores de seu interesse (Ibid., *loc. cit.*). Sinalizações nesse sentido também já haviam sido feitas nas páginas do mesmo periódico, segundo o qual “[...] na escola nova, os centros de interesse, que devem ser organizados com a colaboração dos alunos, aguçam a curiosidade da criança aproveitando o professor, habilmente, a oportunidade de entrar no assunto que deseja” (SANTA CATARINA, 1936, p. 16).

¹² As bases da Cruzada Nacional de Educação foram estabelecidas pelo decreto nº 21.731, de 15 de agosto de 1932, e tinha como objetivo anunciado o combate ao analfabetismo. Para tanto, conclamou a participação e cooperação de membros da sociedade civil e de prefeituras municipais, para fins de apoio financeiro e de execução (BICA; CORSETTI, 2011, p. 170–180).

Em suas falas nas Semanas Educacionais, foi recorrente a operacionalização de dispositivos discursivos que constituíram uma oposição binária entre uma escola moderna e uma escola tradicional. A escola ativa, veementemente defendida nas falas de Luiz Trindade, relacionar-se-ia a uma escola moderna, apta à formação de alunos engajados nas atividades propostas. Para além disso, ao aparato metodológico da escola ativa, o então Diretor do Ensino ligou os princípios teóricos da Escola Nova. Também essa elaboração discursiva que opôs escola tradicional e escola nova reverberou em Santa Catarina, como mote de promoção das iniciativas veiculadas pelo Departamento de Educação. Para Bombassaro (2009), a assim anunciada escola ativa compôs o movimento nacional de disputas em torno do controle do aparelho escolar que marcou a década de 1930. Também para a autora, foi sob a divulgação do arsenal de métodos aglomerados sob essa alcunha que passou a se defender uma transformação nos princípios da atividade docente.

A Cruzada Nacional de Educação, por sua vez, ocupou na forma de dados estatísticos os relatórios apresentados por Luiz Trindade ao então Interventor Federal. À expansão da alfabetização o Diretor ligou o crescimento do número de alunos matriculados, de acordo com a categoria de escola, conforme apresentado em relatórios de governo dos anos de 1938 e 1939¹³ (RAMOS, 1940a, p. 7–14; 1940b, p. 7–11). Também essa estratégia operou como uma forma discursivamente pensada para a exposição e o uso dos dados como meio de propagandear as iniciativas de reforma¹⁴.

As disputas disparadas em torno da implantação desses métodos e da instalação de associações auxiliares à escola se fez ver não somente pela oposição discursiva entre uma escola moderna e uma escola tradicional. Ela resvalou na edificação de uma memória dos movimentos de renovação educacional, sobretudo promulgada em publicações veiculadas ao Departamento de Educação. Culminou, também, em realocações funcionais, já que promovia algumas iniciativas de reforma em detrimento de outras. Para além das falas engajadas em prol da alfabetização e da defesa ao uso dos métodos ativos de ensino, o que se percebeu ao serem visados os Ofícios expedidos e recebidos pelo

¹³ Os relatórios exarados pelo Interventor Federal Nereu Ramos assinalam para um crescimento do número de unidades escolares (categorizadas em escolas isoladas estaduais, escolas isoladas municipais, escolas particulares subvencionadas e grupos escolares), de matrícula e dos índices de frequência. Neles é dado ênfase à exposição das estatísticas em forma de tabela, destacando sobretudo o crescimento do número de escolas isoladas municipais (709 em 1938 contra 1.047 em 1939), o que evidenciaria o comprometimento do poder público municipal para com as iniciativas estaduais.

¹⁴ Sobre o uso das estatísticas do ensino como dispositivos de legitimação de reformas educacionais, conferir Vallezi (2018).

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

Departamento de Educação foi um esgarçamento dos pedidos de material e das rotinas orçamentárias. Esse perfil burocrático de atuação conversa com o crescimento do leque de associações auxiliares à escola, preconizadas sob a alcunha da escola ativa, já que estas precisavam de um pesado aparelhamento para que funcionassem devidamente.

Porém, a pouca comunhão política entre Luiz Trindade e Nereu Ramos teve o efeito de circunscrever as esferas de atuação do primeiro e de reorganizar o lugar de mando na instrução pública catarinense. Para Neide Fiori (1975), a centralização dos mecanismos de controle da instrução pública ocasionada pela criação do Departamento de Educação obstruiu os trâmites da reforma, já que “[...] a alguns não agradava o grande poder de decisão que detinham sobre os assuntos de ensino [...]”, havendo até mesmo desagradados da parte do próprio Interventor no estado (FIORI, 1975, p. 149).

Esse incômodo culminou na criação da Superintendência Geral do Ensino, já que, para Nereu Ramos, “[...] o Departamento estadual de Educação precisava de modificações, assim na sua orientação técnica quanto na sua atividade administrativa” (RAMOS, 1940a, p. 28). Devido a isso, o interventor solicitou “[...] ao governo de São Paulo que, repetindo o gesto de há vinte e cinco anos passados, pusesse à disposição de meu governo um de seus professores” (Id., *loc. cit.*). Criou-se assim, via decreto, a supracitada Superintendência, ficando a ela subordinados todos os serviços referentes à instrução (FIORI, 1975, p. 149). Para sua chefia, nomeou-se o paulista Sebastião de Oliveira Rocha, que celebrou contrato de dois anos incumbindo-se de superintender matérias de ensino no estado catarinense (SANTA CATARINA, 1940, p. 128).

Conforme o interventor, a necessidade de modificações no Departamento veio respaldada por uma observação cuidadosa da instrução pública e das orientações educacionais encampadas pela Reforma Trindade. Ao constatar o que nomeou como deficiências na inspeção e fiscalização do ensino, alegou que “[...] por espírito partidário, estreito e condenável, pretendeu-se negar o fato que a realidade punha à mostra na exibição de brasileiros que ignoravam a língua de sua pátria, apesar de terem frequentado escolas em território nacional” (RAMOS, 1940a, p. 37). Devido a isso, alegou ter determinado uma “[...] fiscalização escolar mais rigorosa, que a sabia deficiente e frouxa, e [exigiu] que fosse cumprido o preceito constitucional que determinava o ensino de português, salvo de línguas estrangeiras” (Id., *loc. cit.*).

Para além da criação da Superintendência que suplantou o lugar de mando do Departamento de

Educação, Nereu Ramos noticiou no mesmo ano a criação da Inspeção Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. A pasta vinculava-se à esfera estadual e tinha como incumbências, dentre outras coisas: a realização de concurso para inspetores escolares; o zelo pela efetivação das leis de nacionalização do ensino; a fiscalização das associações escolares; a cooperação com a Superintendência; o auxílio à fiscalização federal do ensino primário; e a aplicação de penalidades regulamentares a quem coubesse (RAMOS, 1940a, p. 26–27). À essa inspeção o Interventor designou ninguém mais, ninguém menos, que Luiz Trindade, alegando ainda tê-lo feito “[...] pela sua capacidade de trabalho e conhecimento perfeito do meio, é garantia segura da eficiência desse novo aparelho fiscalizador do ensino e das associações de fins culturais e desportivos” (Id., 1938, p. 27).

Em outros termos: Luiz Trindade, até então Diretor do Departamento de Educação, recebeu o cargo de Inspeção do Interventor Federal Nereu Ramos. Foi também o Interventor que criou, via Decreto, a Superintendência Geral do Ensino. O primeiro movimento reposicionou Luiz Trindade nas esferas de mando da instrução pública, subordinando-o à Superintendência Geral do Ensino. Nessa configuração, Luiz Sanches Bezerra da Trindade deixou de ser o mais graduado do ensino do estado, perdendo assim o posto de lugar estratégico que galgou ao longo da década anterior.

João Roberto Moreira (1954) explicou essa reorganização, alegando que:

[...] em 1937, quando se tentou um reajustamento do aparelhamento educacional, que se julgava tumultuado por um diretor do, já então, Departamento de Educação, o qual se **deixara influenciar pela reforma operada no Distrito Federal a partir de 1928 e continuada depois de 1930**¹⁵, o homem escolhido foi um paulista, diretor da Escola Normal de São Carlos (MOREIRA, 1954, p. 23, grifo meu).

Para Neide Fiori, o início do desmonte da Reforma Trindade se deu pela promulgação de Leis e Decretos que a derrubaram lentamente (FIORI, 1975, p. 147). Essa constatação é feita logo após esta reforma ter sido caracterizada pela autora como pouco efetiva, devido a sua pouca aplicação prática, tendo se ocupado predominantemente de alterações na administração do ensino (Id., *loc. cit.*). Moreira (1954, p. 27), por sua vez, criticou o crescente controle e fiscalização a que eram submetidas as associações escolares ao longo da Reforma Trindade, e a pouca efetividade da adoção da metodologia que identifica como Escola Nova.

¹⁵ O autor se referiu às reformas efetuadas por Fernando de Azevedo (1928) e Anísio Teixeira (1931), no Rio de Janeiro. O último teve grandes divergências com o poder central, então encabeçado por Getúlio Vargas.

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

Apesar das reiteradas críticas aos mecanismos de centralização advindos dessa reestruturação do ensino e da pouca efetividade de suas ações, é necessário destacar que iniciativas desse tipo pulsavam em demais estados. A esse respeito, Gomes (2002, p. 7–13) destacou que ao autoritarismo estadonovista estava associado o nacionalismo. Exigia-se, portanto, uma instrumentalização específica, para a qual a força repressiva era fundamental. A política educacional do período, pois, deve ser entendida em articulação às configurações políticas sociais com as quais dialogou. O estado de São Paulo, por exemplo, passava por um momento que Marta Carvalho (2003a; 2003b) identificou como de proposição de um projeto de reforma dos costumes pela via da instrução pública. Essa representação permitiu que o campo educacional paulista fosse progressivamente cercado por instituições auxiliares e mecanismos de controle, fiscalização e coerção na década de 1930.

O ano de 1938, pois, foi marcado pela criação da Superintendência Geral do Ensino e pela realocação funcional de Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Uma vez tendo seu poder de mando cercado, coube ao ex-Diretor do Ensino no estado o exercício de fiscalização das unidades escolares a ele designadas. Vale ainda lembrar que esse rearranjo da burocracia educacional tornou sua atuação dependente dos despachos do recém-contratado Superintendente Sebastião de Oliveira Rocha, a quem teve que reiteradamente pedir auxílio orçamentário e autorização formal para as suas viagens de inspetoria (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1939a, fl. 329; 1939b, fl. 206). Foi também a ele que endereçou seus pareceres e termos de vistoria, necessitando também de seu aval para dar os encaminhamentos que julgasse necessários para a boa marcha do ensino.

Dessa forma, o trânsito funcional de Luiz Trindade na década de 1930 se mostrou diferente em muitos pontos daquele assinalado na década anterior. Aqui, com a reorganização do mando político nas esferas federal e estadual, reverberou no lugar de mando da instrução pública constituído na década anterior. O Partido Republicano local, cujo capital político foi desidratado após a ascensão do Partido Liberal, deixou de garantir à Trindade a densidade dos laços sociais de antes, outrora tão potentes. Uma vez isolado, coube a ele a tentativa de garantir a delimitação de seu espaço de gestão por meio dos expedientes voltados especificamente à instrução, tais quais as Semanas Educacionais e a Cruzada Nacional de Educação. Nem mesmo essas manobras, porém, pouparam-no de seu progressivo acantonamento e de sua posterior remoção para a condição de Inspetoria, da qual já havia se descolado anos antes.

Tamanha movimentação política e funcional permite, portanto, tensionar os mecanismos para

a constituição de seu lugar estratégico (CERTEAU, 2009, *loc. cit.*) e matizar o peso de suas redes de sociabilidade (SIRINELLI, *loc. cit.*). Sobre o primeiro ponto, é necessário pontuar os esforços táticos feitos para que a almejada progressão funcional fosse conquistada ao longo da década de 1920, bem como a notável proximidade com membros dos mais diversos escalões do Partido Republicano Catarinense. Foi com base nessa trajetória e nessa teia de contatos que Luiz Trindade circunscreveu um lugar estratégico para gerenciamento do ensino, conseguindo então ocupar o cargo de Diretor da Instrução em um período central de reestruturação. Todavia, é válido destacar que a sustentação desse polo não se manteve por muito tempo sem a vinculação com os sujeitos que o auxiliaram a erigi-lo. Dessa forma, por mais que a polemologia (CERTEAU, *loc. cit.*) das práticas nesses expedientes de gerenciamento tenha lhe garantido acessos importantes, nesse caso das redes de contato e de sociabilidade traçadas, importam de tal forma que, uma vez apartado delas, seu lugar de gestão não pôde ser sustentado.

Considerações finais

A análise da trajetória funcional e política de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, pela via do rastreamento das práticas, mostrou não somente o seu escalonamento funcional, mas o peso das redes e alianças políticas que teceu ou, em alguns casos, deixou de tecer. Nesse sentido, cabe entender a mudança na orientação das políticas estaduais e federais, e os seus desdobramentos na organização e no gerenciamento da instrução pública catarinense. Isso porque a reordenação nas esferas executivas, sobretudo após os episódios de 1930, acarretou uma realocação considerável das forças políticas que circunscreviam sua atuação e a institucionalização do Departamento de Educação catarinense.

Tamanha alteração no jogo de forças políticas não somente cerceou o trânsito funcional e social de Trindade, mas deu o tom de algumas das narrativas historiográficas encampadas a seu respeito (FIORI, 1975; MOREIRA, 1954). Nesse sentido, é possível entender as críticas tenazes de Moreira e Fiori pela via da circunscrição social de sua interpretação, e da rede de influências que cercou suas publicações. Por outro lado, na historiografia mais recente (BOMBASSARO, 2009; BOMBASSARO; SILVA, 2011; SCHWEITZER, 2008), as ações de Luiz Trindade na chefia do Departamento de Educação ganharam destaque pela realização das Semanas Educacionais, pela defesa dos métodos organizados sob a alcunha da Escola Ativa e pela organização burocrática do órgão de gerenciamento da instrução catarinense.

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

Por fim, cabe o estabelecimento de considerações a respeito do entendimento da burocracia educacional como um campo político disputado, cujas regras respondem a redes maiores de sociabilidades, influências e sustentação. Também por isso a centralidade e validade das considerações de Michel de Certeau e de Jean François Sirinelli, a respeito da operacionalidade das práticas e da densidade das redes, já que esse modelo interpretativo permite matizar deslocamentos funcionais e reordenações burocráticas pela via da atuação política dos sujeitos. Nesse sentido, a atuação de Luiz Trindade é ilustrativa, porque dependente de aderências partidárias que não se sustentaram frente à chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República. Desta forma, ganha robustez o argumento teórico de defesa do mapeamento das práticas para entendimento das trajetórias funcionais e políticas e, conseqüentemente, como também a defesa metodológica do mapeamento das redes e das ações pela via da montagem e análise de séries documentais extensas.

Referências

A FALA do Diretor da Instrução. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 900, p. 1, 18 jan. 1930. Ano IV.

A INAUGURAÇÃO do Grupo Escolar Olívio Amorin, na Trindade. **A Gazeta** – a voz do povo. Florianópolis, 22 de março de 1938. Ano IV, número III. S/p.

A POSSE governamental. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 2, p. 4, 30 set. 1926. Ano I.

A REFORMA do Ensino. **República** – órgão do Partido Liberal Catarinense, Florianópolis, n. 254, p. 1, 23 jan. 1935. Ano I.

ALOCUÇÃO do Senhor Diretor da Instrução. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 900, p. 2, 1 out. 1929. Ano IV.

BACHAREL Luiz Trindade. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 1.120, p. 1, 29 jul. 1922. Ano XVII.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, p. 170-180, jan./abr. 2011.

BOMBASSARO, Ticiane. O movimento pela Escola Nova em Santa Catarina: Formação docente e modernização do ensino (1930). **Caderno de História de Educação**, v. 8, n. 1, p. 221-232, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/2286/1874>. Acesso em: 8 set. 2021.

BOMBASSARO, Ticiane; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Modernização do Estado e reformas do

ensino: manifestações da Escola Nova em Santa Catarina. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (org.). **Reformas educacionais**: as manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946). Uberlândia, MG; Campinas, SP: EDUFU; Autores Associados, 2011. p. 405–426.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, de Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a. (Coleção historial , v6). Pág. 225 – 251.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A República, a escola e os perigos do alfabeto. In: **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003b. Pág. 143 – 164.

CEL. ARISTILIANO Ramos. **República** – órgão do Partido Liberal Catarinense, Florianópolis, n. 297, p. 1, 16 mar. 1935. Ano I.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. (org.). **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Lemos Britto de Menezes; Revisão de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2002. p. 65–110.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, M. I. (org.). **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano** (Anais do Encontro). São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3–19.

CONFERÊNCIA Estadual do Ensino Primário. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 263, p. 1, 16 ago. 1927. Ano I.

COSTA, Caetano Vieira da. **Relatório apresentado ao Cel. Vidal José de Oliveira Ramos (governador do Estado) pelo Tenente Coronel Caetano Vieira da Costa (Secretário Geral)**. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 30 jun. 1911.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. **Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1939**. Ofício expedido por Sebastião Rocha a Ivo d’Aquino, em 25 de julho de 1939, Ofício nº 4.051, fl. 329. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), 1939a.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. **Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1939**. Ofício expedido por Sebastião Rocha a Ivo d’Aquino em 20 de setembro de 1939, Ofício nº 5.038, fl. 206. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), 1939b.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1910/1911**. Ofício expedido por Horácio Nunes Pires a Caetano Vieira da Costa, em 18 de abril de 1911, fl. 71. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), 1911a.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1910/1911**. Ofício expedido por Horácio Nunes Pires a Caetano Vieira da Costa em 18 de abril de 1911, fl. 73. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), 1911b.

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

DIVERSAS. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 7.441, p. 1, 14 fev. 1914. Ano XIV.

DIVERSAS. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 8.421, p. 4, 7 out. 1916. Ano XVI.

DIVERSAS. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 2.646, p. 3, 31 maio 1917. Ano XVII.

DR. ABELARDO Luz. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 760, p. 1, 26 de abr. 1921. Ano XIV.

DR. ABELARDO Luz e Edmundo Luz. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, n. 1.122, p. 1, 1 ago. 1922. Ano XVII.

EL-KHATIB, Faisal. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, 1970.

EXPEDIENTES do sr. Secretário Geral dos Negócios do Estado. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 8.466, p. 2, 24 nov. 1916. Ano XVI.

FALA o Sr. Orestes Guimarães. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 253, p. 1, 3 ago. 1927. Ano I.

FAVARIN, Thaís Cardozo. **Ensino pensado para o rural**: projeto de modernização do ensino na Revista de Educação (Santa Catarina – década de 1930). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FESTA de inauguração do novo prédio do Grupo Escolar José Brasilício e da elevação do referido grupo à categoria de 1ª classe. **República** – órgão do Partido Liberal Catarinense, Florianópolis, n. 283, p. 1, 26 fev. 1935. Ano I.

FGV; CPDOC. **Adolpho Konder**. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2020a. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/konder-adolfo>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FGV; CPDOC. **Partido Republicano de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2020b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-de-santa-catarina>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FGV; CPDOC. **Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2020c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FIORI, Neide de Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis, SC: Secretaria da Educação, 1975.

GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo e os intelectuais da educação brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 7-13.

HOMENAGEM. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 900, p. 1, 18 jan. 1930. Ano IV.

INAUGURAÇÃO do Grupo Escolar Francisco Tolentino. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 900, p. 2, 1º out. 1929. Ano IV.

INSTRUÇÃO Pública. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 926, p. 1, 30 nov. 1921. Ano XVII.

INSTRUÇÃO Pública. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 152, p. 1, 31 mar. 1927. Ano I.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia de Adolfo Konder**. Florianópolis: Memória Política de Santa Catarina, 2019a. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1027-Adolfo_Konder. Acesso em: 03 mar. 2023.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia de Anfilóquio Nunes Pires**. Florianópolis: ALESC, 2019b. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/64-Anfiloquio_Nunes_Pires. Acesso em: 8 set. 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia de Cid Campos**. Florianópolis: Memória Política de Santa Catarina, 2019c. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/187-Cid_Campos. Acesso em: 03 mar. 2023.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia de Hercílio Luz**. Florianópolis: Memória Política de Santa Catarina, 2019d. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1194-Hercilio_Luz. Acesso em: 03 mar. 2023.

MOREIRA, João Roberto. **A Educação em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: MEC/ INEP, 1954.

NA CATHEDRAL. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 8.677, p. 1, 7 set. 1917. Ano XVII.

O ESTADO – jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, n. 1.115, p. 1, 27 jan. 1919. Ano IV.

O PLEITO de 1º de março. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 1.032, p. 1, 12 mar. 1930. Ano IV.

OLIVET, Leonor. As Semanas de Educação através dos relatórios de assistentes. **Revista de Educação** – órgão do professorado catarinense, Florianópolis, n. 4-5, p. 15–17, jul./out. 1936. Ano

Luiz Trindade – trajetórias, alianças e redes (Santa Catarina, décadas de 1920 e 1930)

I.

PELA Instrução. **O Estado** – jornal de maior circulação em Santa Catharina, Florianópolis, n. 499, p. 2, 5 jan. 1917. Ano II.

PHILIPPI, Carolina Cechella **A burocracia como estratégia**: Santa Catarina, 1911-1940. Florianópolis: UDESC, 2022.

PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PORTARIA nº 32. Publica o expediente do Governo do Estado. **República** – diário matutino, Florianópolis, n. 566, p. 1, 2 set. 1932. Ano II.

PROCHNOW, D. de P. M. **As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911–1935)**. 148 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RAMOS, Nereu. **Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Doutor Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina**. Exercício de 1938. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940a.

RAMOS, Nereu. **Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Doutor Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina**. Exercício de 1939. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1940b.

REPÚBLICA – diário matutino. Publica o expediente do Governo do Estado, Florianópolis, n. 936, p. 2, 11 ago. 1933. Ano II.

SANTA Catarina e o Ensino. **Jornal do Povo** – órgão independente e noticioso, Itajaí, n. 13, n.p., 29 jan. 1936. Ano I.

SANTA CATARINA. Decreto lei número 100, de 27 de abril. Cria o cargo de Superintendente Geral do Ensino no Estado. In: BARBOSA, Elpídio (org.). **Legislação sobre o ensino**. Livro **primeiro**: coleção leis, decretos-leis e decretos referentes à Educação Pública no estado de Santa Catarina – 1934–1938. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1940.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 448, de 29 de dezembro de 1933**. Reorganiza a Diretoria de Instrução Pública. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1933.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 713, de 5 de janeiro de 1935**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1935.

SANTA CATARINA. **Revista de Educação** – órgão do professorado catarinense (1937). Florianópolis, n. 7, p. 3, jan./fev. 1937. Ano II.

SANTA CATARINA. **Revista de Educação** – órgão do professorado catarinense (1936). Florianópolis, n. 4-5, p. 16, jul./out. 1936. Ano I.

SCHWEITZER, Josiane. **Criação e ação do Departamento de Educação em Santa Catarina no período de 1935 a 1942**: A educação no período Vargas. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ; FGV, 1996. p. 231–269.

UM TELEGRAMA ao sr. Presidente Júlio Prestes. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 1.032, p. 1, 12 mar. 1930. Ano IV.

UMA VERDADEIRA sagração popular. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, n. 886, p. 1, 30 set. 1921. Ano XVI.

VALLEZI, Silvia. Práticas administrativas de Almeida Júnior e expansão do ensino no Estado de São Paulo entre 1935 e 1938. 2018. 277 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/333231>. Acesso em: 23 jan. 2020.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 28/02/2023

Aprovado em: 10/03/2023